b) Entrevista de avaliação das competências (E.A.C.) — visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.

8 — Caso sejam admitidos candidatos em número igual ou superior a 100 (cem), a utilização dos métodos de seleção será faseada da seguinte forma:

a) Aplicação, num primeiro momento, à totalidade dos candidatos, apenas do primeiro método obrigatório;

b) Aplicação do segundo método a parte dos candidatos aprovados no método imediatamente anterior, a convocar por tranches sucessivas, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até à satisfação das necessidades;

c) Dispensa de aplicação do segundo método aos restantes candidatos, que se considerem excluídos, quando os candidatos aprovados nos termos das alíneas anteriores satisfaçam as necessidades que deram origem à publicação do procedimento concursal e garantam reserva de recrutamento.

9 — São excluídos os candidatos que não compareçam a qualquer um dos métodos de seleção, bem como os que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de seleção, não lhes sendo aplicado o método de avaliação seguinte.

10 — Sistema de classificação final:

$$CF = (AC \times 50\%) + (EAC \times 50\%)$$

sendo:

CF = Classificação Final

AC = Avaliação Curricular

EAC = Entrevista de Avaliação de Competências

10.1 — Os critérios de apreciação e de ponderação da AC e da EAC, bem como o sistema de classificação final, incluindo a grelha classificativa, o sistema de valoração final do método e respetiva fórmula classificativa constam de atas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

11 — Publicitação de lista: A lista unitária de ordenação final dos candidatos será publicitada, em lugar público e visível, no edifício da Junta de Freguesia da Bordeira e disponibilizada no site <http://www.jf-bordeira.pt>

6 de fevereiro de 2019. — O Presidente da Junta de Freguesia da Bordeira, *José Francisco da Conceição Estêvão*.

312045731

FREGUESIA DE CAPINHA

Aviso n.º 3466/2019

Homologação da lista unitária de ordenação final do Procedimento Concursal de Regularização de Vínculos Precários com vista ao preenchimento de cinco postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na categoria/carreira de Assistente Operacional.

Para cumprimento do disposto no n.º 6 do art.º 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, torna pública a Lista Unitária de Ordenação Final dos candidatos do procedimento concursal para preenchimento de cinco postos de trabalho de assistente operacional do mapa de pessoal da Junta de Freguesia da Capinha, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinário de vínculos precários, aberto através do aviso publicado na Bolsa de Emprego Público, a qual foi homologada por deliberação da Junta de Freguesia datada de 7 de novembro de 2018.

Candidatos admitidos: Cristina Maria Oliveira Afonso Mendes — 18 valores; Maria Cláudia Cruz Carvalho — 17,50 valores; Maria Amélia Henriques Martinho Fernandes — 17,50 valores; António Joaquim Silveira Caetano — 16,75 valores; António Catarino Gregório Robalo — 15,75 valores.

Candidatos excluídos (Não Houve).

Ao abrigo da alínea d) do n.º 3 do art.º 30º da Portaria e em cumprimento da legislação supra citada, notificam se os interessados que a mesma lista foi afixada ao público nas instalações da Junta de Freguesia da Capinha e publicitada na página eletrónica.

7 de novembro de 2018. — O Presidente da Junta de Freguesia da Capinha, *Vitor Fernandes*.

312066232

FREGUESIA DE GALVEIAS

Aviso n.º 3467/2019

Maria Fernanda Serineu Bacalhau, Presidente da Junta de Freguesia de Galveias, no uso das competências que lhe são atribuídas pela alínea a) do n.º 1 do art.º 18.º Da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informa que a Assembleia de Freguesia de Galveias em sua sessão ordinária realizada no dia 29/12/2018, sob proposta da Junta de Freguesia, aprovada por unanimidade nas suas reuniões ordinárias realizadas nos dias 8/11/2018 e 6/12/2018, aprovou o Regulamento de Apoio à 1.ª Infância, após sujeição a apreciação pública pelo prazo de 30 dias nos termos constantes do artigo 101.º do Código de Procedimento Administrativo, entrando o Regulamento em vigor cinco dias após a sua publicação na 2.ª série do *Diário da República* revogando todas as disposições regulamentares anteriores sobre esta matéria.

7 de fevereiro de 2019. — A Presidente da Junta, *Maria Fernanda Serineu Bacalhau*.

Regulamento de Apoio à 1.ª Infância da Freguesia de Galveias

Nota justificativa

Atendendo à crescente diminuição da taxa de natalidade e ao envelhecimento da População, nas zonas do interior do País, a Freguesia de Galveias não é uma exceção, pelo que se considera de todo o interesse contrariar esta realidade, e contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias residentes na sua área, e tanto quanto possível procurar pelas vias ao seu alcance, garantir a fixação dos seus habitantes e, promover o crescimento demográfico.

Reconhecendo a importância da família na fixação das populações e perante a alteração das regras que regulam a atribuição das prestações sociais devidas pelo Estado, nomeadamente do Abono de Família, que causaram a sua redução ou mesmo cessação, contribuindo para o agravamento da condição económico-financeira das famílias, importa promover medidas concretas que de uma forma positiva contribuam para apoiar as famílias especialmente as suas crianças nos primeiros anos de vida.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 16.º conjugado com a alínea f) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é aprovado o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito, objeto e aplicação

O Presente regulamento:

- Aplica-se a toda a área geográfica da Freguesia de Galveias;
- Estabelece as normas de atribuição de apoio financeiro à 1.ª Infância;
- Aplica-se às crianças dos (0) zero anos até à entrada no primeiro ciclo do Ensino Básico.

Artigo 2.º

Apoios à 1.ª Infância

- O apoio à 1.ª infância é atribuído por um subsídio mensal no valor de € 50,00 (cinquenta euros);
- A atribuição do subsídio estará dependente da inscrição para o mesmo efeito.

Artigo 3.º

Aplicação e beneficiários

- O presente regulamento aplica-se a todas as crianças residentes na Freguesia de Galveias;
- São beneficiárias as pessoas inseridas em agregados familiares, ou pessoas isoladas que sejam residentes e estejam recenseadas na Freguesia de Galveias, há pelo menos 1 ano.

Artigo 4.º

Condições gerais de atribuição

São condições de atribuição do incentivo, cumulativamente:

- Que a criança seja registada no Registo Civil como natural da Freguesia de Galveias;
- Que a criança resida efetivamente com a/o requerente ou requerentes;
- Que a/o requerente ou requerentes ao incentivo não sejam devedores à Freguesia de Galveias e provem não ser devedores à Segurança Social e à Autoridade Tributária;

Artigo 5.º

Legitimidade

Tem legitimidade para requerer o apoio previsto no presente regulamento:

- a) Em conjunto ambos os progenitores, caso sejam casados ou vivam em união de facto nos termos da lei;
- b) O progenitor que tiver a guarda da criança e o possa provar;
- c) Qualquer pessoa singular a quem, por direito judicial ou administrativo das entidades ou organismos legalmente competentes, a criança esteja confiada.

Artigo 6.º

Forma de candidatura

1 — O apoio à 1.ª infância deve ser requerido na Freguesia de Galveias, através de impresso próprio, como anexo I ao presente regulamento e deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Cópia autenticada da Certidão de nascimento da criança;
- b) Atestado da Junta de Freguesia da área de residência do requerente ou requerentes comprovando assim o cumprimento à alínea b) do artigo 3.º e alínea b) do art.º 4.º;
- c) Declaração de não dívida à Segurança Social e à Autoridade Tributária;
- d) Documento de identificação da criança e das pessoas requerentes;
- e) Comprovativo de NIB/IBAN;

2 — A Junta de Freguesia de Galveias pode ainda determinar posteriormente à entrega da candidatura, a apresentação de qualquer documento que entenda necessário para a sua decisão.

Artigo 7.º

Dúvidas ou omissões

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente regulamento, regem as disposições legais aplicáveis, sendo os casos omissos decididos pela Junta de Freguesia.

Artigo 8.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 5 dias após a sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

Aprovado pela Junta de Freguesia de Galveias nas suas reuniões ordinárias realizadas a 8/11/2018 e 6/12/2018, e, pela Assembleia de Freguesia de Galveias na sua reunião realizada em 29/12/2018.

ANEXO I

(art.º 2.º do Regulamento de apoio à 1.ª Infância)

1 – IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____, nascido(a) em _____ em _____/_____/_____, natural da freguesia de _____, Concelho de _____, titular do B.I/CC Nº _____, emitido pelo Arquivo de Identificação de _____ em _____/_____/_____ (ou) validade até _____/_____/_____, NIF nº _____, eleitor nº _____, residente na _____, Freguesia de Galveias, concelho de Ponte de Sor,

E

Nome: _____, nascido(a) em _____ em _____/_____/_____, natural da freguesia de _____, Concelho de _____, titular do B.I/CC Nº _____, emitido pelo Arquivo de Identificação de _____ em _____/_____/_____ (ou) validade até _____/_____/_____, NIF nº _____, eleitor nº _____, residente na _____, Freguesia de Galveias, concelho de Ponte de Sor,

NA QUALIDADE DE:

- Progenitores
- Progenitor com guarda de fato
- Pessoa a quem a criança de encontra confiada

Requer(em) a atribuição de apoio à 1ª Infância de _____ em _____/_____/_____, natural da Freguesia de Galveias, concelho de Ponte de Sor, declarando sob compromisso de honra e tendo perfeito conhecimento que é/são responsável/responsáveis pelas declarações aqui prestadas que, não sendo verdadeiras constituem crime de falsidade que a criança vive comigo.

Contacto do(s) requerente(s) _____

O(s) requerentes

Foram-me exibidos os originais dos seguintes documentos que fotocopiei:

- Bilhete(s) de identidade do(s) requerente(s) - 1 2
- Cartão(ões) de eleitor do(s) requerente(s) - 1 2
- Comprovativo do número de identificação fiscal do(s) requerente(s) - 1 2
- Boletim de nascimento da criança beneficiária - 1 2

Galveias, _____ de _____ de _____

O Funcionário

312050834

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARMELEIRA E ASSENTIZ

Aviso n.º 3468/2019

Para efeitos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e conforme o preceituado no artigo 33.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e com o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, torna-se público que na sequência de aprovação pelo órgão executivo em reunião ordinária, de 15 de janeiro de 2019, foi autorizado abertura pelo período de 10 dias úteis contados a partir do dia seguinte à data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um (1) posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal da União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz aprovado para o ano de 2019 na carreira de assistente operacional, nos seguintes termos:

1 — Identificação do posto de trabalho:

1 Lugar da categoria de Assistente Operacional, carreira geral de Assistente Operacional — Cantoneiro;

2 — Nos termos da informação prestada pela GeRAP, no que concerne ao cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 janeiro, não tendo, ainda sido publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, e até à sua publicitação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à entidade centralizada para constituição de reservas de recrutamento.

3 — De acordo Com solução interpretativa uniforme da Direção-Geral das Autarquias Locais, de 15 de maio de 2014, devidamente homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014, “As autarquias locais não têm de consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação”.

4 — Local de Trabalho: O local de trabalho será na área da União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz.

5 — Âmbito de recrutamento: Para cumprimento do estabelecido no n.º 3 do artigo 30.º e a alínea d) do artigo 37.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, (LTFP), o recrutamento para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado deve iniciar-se sempre entre trabalhadores com relação de emprego público por tempo indeterminado, previamente constituído.

5.1 — Nos termos do n.º 4 do artigo 30.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por aplicação do disposto no número anterior, pode proceder-se ao recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público previamente estabelecida.

5.2 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz, idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publica o presente procedimento.

6 — Caracterização do posto de trabalho:

6.1 — Atividade/Conteúdo funcional da carreira/categoria de assistente operacional — “Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com grau de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário à manutenção e reparação dos mesmos”.

6.2 — Competências transversais: Trabalho de equipa e cooperação; Adaptação e melhoria contínua; Otimização de recursos e Orientação para a segurança.